

ICEM assina Acordo Global com Petrobras

Na última quarta-feira, 30, a **FUP** e a **ICEM** - Federação Sindical Internacional que representa trabalhadores dos setores químico, de energia, mineração e indústrias afins, assinaram um termo de entendimento com a **Petrobrás**, onde a empresa compromete-se a garantir condições seguras de trabalho, responsabilidade ambiental, bem como respeito às representações sindicais nos países onde atua. Este é o primeiro acordo global das Américas, que também prevê o cumprimento por parte da Petrobrás de todas as normas internacionais às quais o Brasil é signatário.

Durante a assinatura do acordo global firmado entre as entidades e a Petrobrás, estiveram presentes o Coordenador Geral da FUP, João Antonio de Moraes, o Presidente Regional da ICEM na América Latina e Caribe, Sérgio Novais, o Secretário Geral da ICEM, Manfred Warda e parte da diretoria da empresa.

O Termo de Entendimento sobre Boas Práticas de Condições Trabalhistas terá validade de dois anos e é mais um importante instrumento de ação sindical, visando garantir igualdade de condições de trabalho para todos os petroleiros que atuam no Sistema Petrobrás, seja no Brasil ou no exterior. Além disso, esse acordo global fortalece a luta da FUP, CNQ e ICEM pela construção da rede de trabalhadores da Petrobrás, que há mais de cinco anos vem sendo discutida nos fóruns da categoria e em seminários internacionais.

Congresso da ICEM

A consolidação do acordo global ocorreu durante o V Congresso da ICEM, realizado em Buenos Aires, na Argentina, entre os dias 24 e 26 de novembro, onde a FUP participou junto com 800 delegados e convidados de todos os continentes. Os petroleiros brasileiros fizeram uma intervenção durante o Congresso, cobrando a intermediação da ICEM na implementação do acordo com a Petrobrás. Escrito por CNQ | Imprensa FUP 08-Dec-2011

Confira a íntegra do Acordo Global no qual a empresa se compromete a respeitar direitos humanos, trabalhistas e sindicais em escala mundial

ICEM firma XVI° Acuerdo Global con Petrobras de Brasil

El 30 de noviembre, la Federación Internacional de Sindicatos de la Química, Energía, Minas e Industrias Diversas (ICEM) firmó un Acuerdo Global con Petróleo Brasileiro SA, o Petrobras, tercera entre las más importantes empresas de energía del mundo. La ICEM, que cuenta con 20 millones de miembros afiliados, ha firmado dieciséis acuerdos de esta índole desde 1998. Firmaron este Acuerdo en la casa matriz de la empresa brasileña en Río de Janeiro: Manfred Warda, Secretario General de la ICEM, Maria Das Gracias Silva Foster, Directora de Gas e Industria de Petrobras, Diego Hernandez, Director Ejecutivo de Relaciones Humanas, y Joao Antonio de Moraes, Coordinador General de la FUP (Federación Unida de Trabajadores Petroleros y del Gas de Brasil).

Warda señaló al respecto: "Éste es el cuarto acuerdo de esta naturaleza que ha firmado la ICEM con empresas de petróleo y gas, e incorpora muchos de los principios sociales que queremos que observen las empresas en las industrias extractivas." Anteriormente, la ICEM había negociado Acuerdos Globales con Statoil de Noruega, Eni de Italia y Lukoil de Rusia.

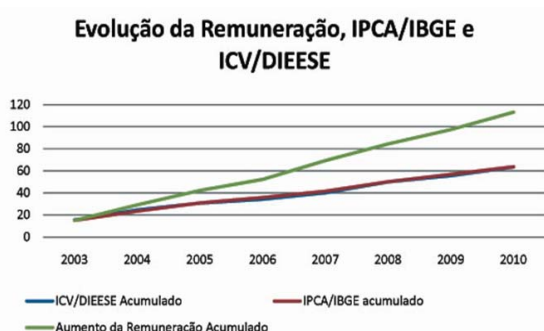
El acuerdo fue firmado con la aprobación de la Federación Unida de Trabajadores Petroleros y del Gas (FUP), sindicato brasileño afiliado a la ICEM, cuyos dirigentes estuvieron presentes en el acto de firma, junto con Sergio Novais del Brasil, Vicepresidente de la ICEM para la región de América Latina y el Caribe. El apoyo, tanto de la FUP como de Sergio Novais, fue un factor importante para poder alcanzar el acuerdo.

FUP: Os ganhos reais conquistados pelos petroleiros

Este pequeno artigo objetiva mostrar que os trabalhadores da ativa da Petrobras conquistaram significativos aumentos em suas remunerações mensais nos anos recentes. Este processo está diretamente relacionado à capacidade de organização e mobilização dos trabalhadores que conquistaram importantes aumentos na remuneração total, por meio do Plano de Cargos e Salários, em um primeiro momento, e pela Remuneração Mínima por Nível e Regime - RMNR, a partir de julho de 1997¹.

Um trabalhador do Regime Administrativo que entrou na empresa antes de 01 de setembro de 2003, por exemplo, acumula, no mínimo, 30,18% de aumento em sua remuneração mensal total, até 31 de setembro de 2010, tomando por base a variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado – IPCA/IBGE. Comparando com o Índice de Custo de Vida - ICV/Dieese, este percentual totaliza 30,30%. O exemplo acima do trabalhador do Regime Administrativo é o pior dos casos: empregado com mais de 30 anos de casa já em 01 de setembro de 2007², trabalhando na região 3³.

O gráfico abaixo apresenta a evolução acumulada do ICV/Dieese, do IPCA/IBGE e da Remuneração do trabalhador do exemplo acima.



Fonte: Dieese; IBGE

Os números que serviram de base para a elaboração do gráfico anterior são apresentados na tabela a seguir, que mostra a evolução da remuneração mensal dos Petroleiros a partir do ano de 2003, destacando a evolução, ano a ano, do ICV; do IPCA; do salário Base; e os ganhos obtidos por meio do Plano de Cargos e da RMNR.

Tabela 1 – Evolução Percentual da Remuneração dos Trabalhadores da Petrobras – Empregados da Ativa (2003 a 2010) Fonte: DIEESE; IBGEelaboração: SS DIEESE/FUP

(1) Percentual mínimo obtido no enquadramento da nova tabela do PCAC - 1º de janeiro de 2007.

(2) Percentual máximo obtido no enquadramento da nova tabela do PCAC - 1º de janeiro de 2007 abrangendo 53 Técnicos de Suprimento e 2 Técnicos de Logística de Transporte.

(3) Menor RMNR (2%) mais menor aumento real obtido por meio da RMNR (1,67%)

(4) Maior RMNR (34% para os trabalhadores que entraram na empresa após 2007 e estavam lotados no regime administrativo, na região 1) mais o maior aumento real

	ICV	IPCA	Salário Base	Aumentos por meio do Plano de Cargos		Aumentos por Meio da RMNR	
				Menor	Maior	Menor	Maior
2003	15,5	18,07	15,5	0	0	-	-
2004	7,81	7,18	7,81	4	4	-	-
2005	4,89	6,02	6,02	4	4	-	-
2006	2,8	3,84	2,8	4	4	-	-
2007	4,41	4,18	4,18	3(1)	72,98(2)	3,7(3)	36,99(4)
2008	6,97	6,17	6,17	-	-	2,66	3,5
2009	3,75	4,36	4,36	-	-	2,5	3,31
2010	5,16	4,49	4,49	-	-	3,54	4,66

A evolução positiva da remuneração mensal frente aos índices de inflação no período recente só foi possível com muita organização e mobilização dos petroleiros, característica histórica desta importante categoria, que, quando foi necessário, parou a empresa por melhores condições de trabalho e melhor remuneração.

Mas, há que se destacar que no período anterior, de 1995 a 2002, apesar de toda a mobilização, os petroleiros acumularam perdas da ordem de 9,64%, em comparação ao INPC/IBGE e de 12,45%, em relação ao ICV/DIEESE.

Portanto, os números acima permitem afirmar que no período recente os petroleiros da ativa não só recuperaram as perdas observadas entre os anos de 1995 e 2002, como conquistaram aumento da remuneração mensal total por meio do Plano de Cargos e Salários e da RMNR.

Por fim, deve-se destacar que outro importante componente da remuneração dos petroleiros que apresentou evolução positiva nos últimos anos é a Participação nos Lucros e Resultados, PLR, mas a análise da evolução do pagamento da PLR na Petrobras fica para outro artigo.

Henrique Jäger – Economista do DIEESE responsável pela Subseção do DIEESE na FUP.

CCSCS: Un mensaje de Valdir



En ocasión de la conmemoración de los 25 años de la organización, el secretario general de la Coordinadora de Centrales del Cono Sur, Valdir Vicente de Barros, divulgó un mensaje de saludo dirigido a los trabajadores de las trece centrales que integran este espacio.

Compartimos a continuación este texto en portugués y en español

La **Coordinadora** reafirma su compromiso de luchar para que los trabajadores de la región jamás se vean desamparados o impotentes ante las imposiciones del neoliberalismo y del sistema capitalista que los somete a la condición de simples monedas de cambio. Hemos trabajado con firmeza para reposicionar a nuestra CCSCS en el centro de los debates de la integración de Mercosur, y estamos ampliando nuestra incidencia más allá del Mercosur, mirando hacia la UNASUR y todos los otros procesos y demandas que se nos presenten como desafío y misión.

También tenemos nuestra mirada puesta sobre la crisis económica iniciada en Europa y América del Norte y que ahora extiende su sombra hacia el resto del mundo. Tenemos propuestas para combatirla y las hemos presentado de forma constante a los gobernantes de nuestra región. Asimismo, nos llama la atención las recientes discusiones llevadas a cabo en Durban sobre los cambio climático y la segunda fase del Protocolo de Kyoto. Esperamos que en la Conferencia Rio +20 la voz de los trabajadores sea escuchada por todos aquellos que son responsables por decidir el futuro de nuestro planeta, porque las decisiones políticas de protección al medio ambiente tienen impacto real sobre la vida de nosotros, trabajadores. Tenemos una voz fuerte, y luchamos a diario por una calidad de vida mejor para los trabajadores y sus familias, para la sociedad y para el planeta.

Valdir Vicente de Barros, Secretario General de la CCSCS

A **Coordenadora** reafirma seu compromisso de lutar para que os trabalhadores da região jamais se vejam desamparados ou impotentes frente às imposições do neoliberalismo e do sistema capitalista que os submete à condição de simples moeda de troca. Temos trabalhado com firmeza para reposicionar a nossa CCSCS no centro dos debates da integração do Mercosul, e estamos ampliando nossa incidência para além do Mercosul, olhando em direção à UNASUL e a todos os outros processos e demandas que se nos apresentem como desafio e missão.

Temos nosso olhar voltado também sobre a crise econômica iniciada na Europa e América do Norte, mas que agora estende sua sombra em direção ao resto do mundo, e temos propostas para combatê-la, as quais temos apresentado de forma constante aos governantes da nossa região. Da mesma forma, nos chamam a atenção as recentes discussões levadas a cabo em Durban sobre as mudanças climáticas e a segunda fase do Protocolo de Kyoto; esperamos que na Conferência Rio +20 a voz dos trabalhadores seja ouvida por todos aqueles que são responsáveis por decidir o futuro do nosso planeta, porque as decisões políticas de proteção ao meio ambiente têm impacto real sobre nós, os trabalhadores. Temos uma voz forte e lutamos dia-a-dia por uma melhor qualidade de vida para os trabalhadores e suas famílias, para a sociedade e para o planeta.

Valdir Vicente de Barros, Secretário Geral da CCSCS

Direção mundial da ICEM é reeleita

Representantes do movimento sindical brasileiro e do mundo estiveram presentes na atividade em Buenos Aires

Entre os dias 22 e 26 de novembro, aconteceu o V Congresso da ICEM – Todas y Todos. Os principais temas debatidos foram a conjuntura econômica e política mundial e o estatuto que guiará a construção da fusão das federações internacionais: ICEM, FITIM (Metalúrgicos) e FITTVC (Têxtil).

No dia 22, se realizou um encontro de mulheres da América Latina e no dia 23 um encontro mundial sobre terceirização. A partir do dia 24, iniciou-se a programação regular do evento.



O Congresso contou com a presença ICEM de 800 delegados de mais de 200 sindicatos de diferentes países. Devido à instabilidade em vários países no Oriente Médio / Norte da África, o Congresso adiou a eleição dos representantes da Região. Acredita-se que a representação legal do Oriente Médio / Norte da África Conferência Regional sobre o conjunto a ser realizada em março de 2012.

No segundo dia do Congresso, os delegados traçaram um Plano de Ação para o futuro, que foca no intenso ativismo sindical que tem caracterizado a ICEM. Também discutiu-se a fusão, já que a ICEM se integrará no próximo ano, entre 18 e 20 de junho de 2012, em Copenhague, no Congresso de fundação da nova federação mundial industrial.

Neste dia também realizada uma mesa de diálogo social com a presença de representantes do movimento sindical e das empresas Repsol e BASF, onde se debateu a importância das redes de trabalhadores para o avanço das relações sindicais entre empregadores e trabalhadores.

No evento, integrante da delegação brasileira e representante da rede de Trabalhadores da empresa Braskem, denunciou desmandos, abusos e ações antissindicais que vem ocorrendo na empresa Braskem.

Em 25 de novembro, foram reeleitos por aclamação Senzeni Zokwana, como presidente e Manfred Warda, como secretário-geral da Federação Internacional de Química, Minas, Energia e Geral dos Trabalhadores (ICEM). Sérgio Novais, da CNQ, foi reeleito vice-presidente da ICEM para a América Latina.

O Congresso terminou com debates e várias resoluções, a saber: promover o trabalho da ICEM no Oriente Médio e Norte da África, especialmente com os sindicatos no Iraque e na Palestina; uma resposta ativa à crise financeira e apoio a idéia de um Imposto sobre Operações Financeiras; direitos sindicais na Colômbia e políticas repressivas dos governos da Hungria e outros países europeus.

Merece destaque também a participação da juventude no congresso. Organizada em um Grupo de Trabalho, composto por jovens da SNQ, CNQ e outras representações sindicais, a juventude formulou propostas de políticas voltadas para os jovens trabalhadores e trabalhadores, buscando uma maior participação da juventude na fusão das centrais.

Fruto do trabalho realizado pela ICEM no último mandato, será assinado no próximo dia 30/11 um acordo global com a empresa Petrobrás no Rio de Janeiro, participarão deste evento o secretário geral da ICEM Manfred Warda e o vice-presidente da ICEM para América Latina e Caribe Sergio Novais. (CNQ, 29.11.2011)

Brasil: violações de direitos humanos

Em audiência, organizações expõem violações a direitos humanos devido a megaeventos

O Rio de Janeiro, uma das 12 cidades-sede para a Copa do Mundo de Futebol 2014, vivencia graves violações aos direitos humanos contra 123 comunidades, ameaçadas de remoção para dar lugar a empreendimentos para a Copa ou as Olimpíadas, em 2016.

Para debater a situação, ocorreu nesta terça-feira (6) audiência pública com o tema "Megaeventos, legado social e direito à moradia: uma questão possível?", na Câmara Municipal do Rio de Janeiro.

Organizado pela Comissão Externa sobre Legado da Copa e dos Jogos Olímpicos da Câmara dos Deputados e pela Comissão de Educação e Direito à Moradia Adequada da Câmara do Rio de Janeiro, o evento contou com a participação do Comitê Popular da Copa do Rio de Janeiro, do defensor público geral do Estado do Rio de Janeiro, Nilson Bruno Filho, da Fundação Bento Rubião, da Comissão de Direitos Humanos da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e da Pastoral das Favelas.

Na opinião da integrante do Comitê Popular da Copa e do Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN), Clara Silveira, esta primeira audiência sobre as violações em decorrência dos megaeventos se constituiu em um momento bastante rico. "Foi um espaço para denúncia das remoções truculentas, com vários depoimentos de moradores das comunidades. Pessoas foram enxotadas de suas casas, sem debate prévio, sem acesso ao projeto, à noite, casas foram demolidas com os pertences dos moradores dentro do imóvel", relata.

Ela ressalta que além das remoções a Copa mexerá com a vida de vários setores, como vendedores ambulantes, que serão proibidos de trabalhar, e a população em situação de rua. "Serve de pretexto para violar todo tipo de direitos", frisa.

Como encaminhamento, os representantes das comissões assinalaram a elaboração de protocolo de conduta a ser seguido pela prefeitura do Rio de Janeiro em casos em que a remoção de uma família for imprescindível, devendo haver reassentamento com bastante diálogo, em local próximo, e que disponha de toda a infraestrutura e acesso a serviços básicos.

Além disso, as denúncias foram registradas pelos representantes e deverão ser socializadas com as comissões. Foi sugerido também, ao representante da Comissão externa, visita às comunidades ameaçadas ou em que já houve remoção, com o objetivo de constatar as violações. "A prefeitura derruba as casas e deixa o entulho no próprio local, o que facilita acumulação de água e ratos e prejudica a qualidade de vidas das famílias que permaneceram", pontua Clara.

Um ponto fraco na audiência foi a quase completa ausência dos vereadores, o que, segundo a militante, não foi surpresa, uma vez que os parlamentares têm atuado contra as comunidades, criando leis de exceção.

Apenas na cidade do Rio de Janeiro, 123 comunidades estão ameaçadas de remoção, o que chegava a cerca de 98 mil famílias até a metade deste ano. Em todo o Brasil, os Comitês Populares da Copa estimam que há 160 mil famílias ameaçadas.

Dossiê

Como próxima ação de denúncia ao atuar do poder público contra as comunidades, os Comitês Populares da Copa, presentes nas doze cidades-sede, estão concluindo levantamento sobre as violações aos direitos humanos relacionadas com a Copa e as Olimpíadas. O resultado será lançado em forma de dossiê no próximo dia 12, logo após o Dia Internacional dos Direitos Humanos (10 de dezembro). Em cada cidade-sede, os Comitês deverão realizar ato em frente às prefeituras. *(Camila Queiroz Jornalista da ADITAL)*

Carrefour Colombia tiene Organización de Trabajadores

Las trabajadoras y los trabajadores de Carrefour se organizaron en un sindicato, gracias a un acuerdo entre la UNI y la empresa

—Otro buen ejemplo de diálogo social y responsabilidad social empresarial—

Crear un sindicato en Colombia no es noticia frecuente, dado el clima de hostilidad que generalmente acompaña la creación de este tipo de organizaciones, que suelen conformarse en la más absoluta clandestinidad para evitar la reacción de las empresas, las cuales casi siempre terminan despidiendo a los fundadores del sindicato. Por eso resulta digno de resaltar lo ocurrido en la cadena de supermercados de Carrefour, multinacional francesa que apoyó e impulsó la creación de un sindicato entre sus trabajadores.



Asamblea de constitución del sindicato de Carrefour Colombia

En efecto, el pasado 2 de noviembre en la sede de Compensar, municipio de Girardot, 112 trabajadoras(es) de Carrefour, tomaron la decisión de conformar su propia organización sindical, cuyo nombre es Unión de Trabajadoras y Trabajadores de Carrefour Colombia.

Así en esta multinacional se generan condiciones reales para el Diálogo Social, un concepto que tiene como condición básica la organización autónoma de las y los trabajadores en sindicato.

Carrefour Colombia, permitiendo la creación de esta organización sindical, cumple con el acuerdo que a nivel mundial tiene con la UNI Sindicato Global, federación de sindicatos que actúan en el sector de los servicios y el comercio. Este acuerdo plantea que la empresa se compromete a respetar los convenios 87, 98 y 135 de OIT, el primero sobre el derecho a la organización sindical, el segundo sobre negociación colectiva, y el tercero sobre garantías para los representantes de los trabajadores en el lugar de trabajo. Colombia era el único país en el que las y los trabajadores de Carrefour carecían de organización sindical.

Carrefour, que cumple ya 13 años de permanencia en Colombia, emplea 11 mil trabajadores en todas las tiendas del país, en su gran mayoría personas jóvenes y mujeres. Y es de anotar también que fue una de las primeras empresas que acogió de la ley de formalización laboral (Ley 1429 artículo 63), que prohíbe contratar labores misionales con Cooperativas de Trabajo Asociado. Decidió vincular directamente a todos los empacadores que tenía por cooperativas.

El proceso que ha llevado a la conformación de este sindicato contó desde el principio con el apoyo de la Escuela Nacional Sindical, que en fechas previas a la firma del acta de fundación programó, en asocio con la UNI Sindicato Global, un seminario, en el que participaron activamente las y los trabajadores fundadores de la nueva organización.

“Sin duda esta experiencia, única en el país, marca un hito en la construcción de unas nuevas relaciones laborales, y demuestra cómo los derechos laborales, la libertad sindical, la negociación colectiva y el Diálogo Social son compatibles y contribuyen al sano crecimiento de las empresas, a su sostenibilidad y al bienestar de sus trabajadores”, dice en un aparte el comunicado suscrito conjuntamente por Carrefour Colombia y UNI Sindicato Global.

El nuevo sindicato tiene ahora como gran tarea consolidarse y buscar la afiliación del mayor número de miembros posible; y obviamente mejorar las condiciones de vida y de trabajo de todas estas personas; asesorarlas y representarlas en los conflictos que surjan en las relaciones laborales; y trabajar conjuntamente con la empresa con el propósito de hacerla más competitiva y socialmente responsable, mediante el fortalecimiento del Diálogo Social y un clima de respeto a la autonomía sindical. (*Agencia de Información Laboral ENS*)

Brasil: Trabalho na construção tem de mudar padrões

Manoel Messias Melo, CUT-Brasil

Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, em 2009 o setor da construção civil registrou 6,9 milhões de trabalhadores, representando 7,4% do total de ocupados no país. Há perspectiva de continuidade de crescimento – impulsionado especialmente pelos investimentos do governo federal –, como em 2010, quando acompanhou a tendência nacional, com taxa de 11,6%, o melhor desempenho dos últimos 24 anos. Entretanto, os empresários têm afirmado reiteradamente que a escassez de mão de obra pode significar um obstáculo a essa expansão.

Apesar das baixas taxas de desemprego registradas atualmente – se comparadas às da década de 1990, por exemplo –, ainda temos um grande contingente de trabalhadores desempregados no país. Mas então por que os empresários falam em escassez de mão de obra?

Uma possível resposta a essa pergunta depõe contra eles próprios. Os trabalhadores, mais do que qualquer governo, empresário, juiz ou meio de comunicação, conhecem a realidade do mercado de trabalho brasileiro e especificamente a dos canteiros de obras. São eles que têm conhecimento das dificuldades que afetam aqueles que construíram e constroem o país.

O setor da construção civil é um dos que mais registram acidentes de trabalho no Brasil. Essa informação é ainda mais preocupante quando verificada a inserção ocupacional dos trabalhadores nesse segmento, com elevado grau de informalidade e a consequente ausência de proteção social que essa situação acarreta. Do total de ocupados em 2009 (6,9 milhões), mais da metade (4,3 milhões) era de assalariados sem carteira ou por conta própria, de acordo com o **“Estudo Setorial da Construção – 2011”**

Os baixos salários também são uma característica marcante, apesar de as atividades exigirem grande esforço físico e conhecimento apurado para ser realizadas. Ainda segundo o Dieese, em 2010, do total de unidades de negociação coletivas acompanhadas pela entidade, metade possuía piso salarial de até R\$ 600,00. A baixa remuneração, em grande parte dos casos, obriga os trabalhadores a estender a jornada, em horas extras que resultam em trabalho ainda mais extenuante. Por fim, é comum o terem de se deslocar para outras cidades e morar em alojamentos no canteiro de obras ou em imóvel alugado com outros trabalhadores.

Diante desse quadro, que aponta apenas alguns dos muitos problemas que afetam os trabalhadores da construção civil, podemos pensar o debate sobre a escassez de mão de obra no setor. Com o crescimento econômico ocorrido no país nos últimos anos e a consequente geração de postos de trabalho, o trabalhador pôde buscar oportunidades em outros setores e preterir a construção civil.

Na mesa de negociação

A instalação da Mesa Nacional da Construção Civil, espaço de negociação entre trabalhadores, empresários e governo federal, parece ser uma oportunidade para avançar.

Coordenada pela Secretaria-Geral da Presidência da República, a mesa foi implantada após mais um fato grave em canteiros de obras, dessa vez na Usina Hidrelétrica de Jirau (RO). No início de 2011, trabalhadores paralisaram as obras e depredaram parte da infraestrutura disponível no canteiro, incluindo os próprios alojamentos, devido às péssimas condições oferecidas. Diante da constatação de diversas irregularidades pela Superintendência Regional do Trabalho e Emprego (SRTE), a Presidência da República convidou as centrais sindicais e as entidades patronais a constituir a mesa nacional com o objetivo de promover um debate mais amplo sobre o setor. (...)

Nesse primeiro momento foram debatidos e acordados um conjunto de normas para contratação de mão de obra, formação e qualificação profissional e saúde e segurança no trabalho. A continuidade das negociações tratará de representação no local de trabalho e condições de trabalho.

O compromisso firmado busca inviabilizar a participação dos chamados “gatos” nos processos de contratação. A seleção de trabalhadores para grandes obras deverá ocorrer por meio das agências públicas de intermediação de mão de obra, garantindo maior segurança aos trabalhadores quanto às condições do possível contrato e a não cobrança pela participação no processo.

Sobre formação e qualificação profissional, o ponto principal será a elaboração de planos educacionais com a participação dos trabalhadores, além da disponibilidade de cursos gratuitos. Por fim, no que se refere à saúde e segurança, decidiu-se pela constituição de um comitê de gestão responsável por tratar da questão para toda a obra, independentemente da forma de contratação dos trabalhadores. Essa necessidade provém do grande número de trabalhadores terceirizados nos canteiros, que na maior parte dos casos não recebem a mesma atenção quanto aos critérios de saúde e segurança.

O compromisso firmado em torno desses três temas comporá um plano de trabalho por obra, alvo de livre adesão por parte das empresas.

Os próximos pontos a ser debatidos também são de suma importância. A representação no local de trabalho e a preocupação com um ambiente adequado e salubre, além de garantir qualidade de vida aos trabalhadores, são fundamentais para evitar conflitos no cotidiano e para o avanço das relações de trabalho no setor.

Drummond causa 19 muertes en accidentes de trabajo

Federación Unitaria de Trabajadores Mineros, Energéticos, Metalúrgicos, Químicos y de Industrias Similares (Funtraenergética) - Colombia

La irresponsabilidad de la transnacional Drummond Ltd, causa 19 muertes en accidentes de trabajo

Dolorosamente tenemos que informar al mundo, que el día 6 de noviembre de 2011, a las 4:00 P.M., murió electrocutado, nuestro compañero WINSTON A.ROMERO CELEDON, de solo 40 años de edad; quien falleció cuando estaba ejecutando su trabajo en la pala # 9 en la Mina el Descanso concesionada a Drummond.

En relativo corto tiempo, se ha venido produciendo accidentes de trabajo que han causado la muerte a 19 obreros de esta transnacional y otros 800 han quedado con graves secuelas por causas de estos mismos accidentes, sin que la dirección de la empresa aplique la normatividad vigente de Seguridad Industrial y Salud Ocupacional para minimizar este cumulo de accidentes. Con la muerte de nuestros compañeros de trabajo, deja huérfanos a muchos hogares y sin el sustento para su familia, toda vez que a los norteamericanos, que explotan estas minas, solo le interesa aumentar la producción para llevarse nuestros recursos naturales, en el menor tiempo posible; esto explica la inhumanidad del capital, en este caso gringo, quienes gozan con el dolor ajeno, por eso generan guerras en todo el mundo, saquean los recursos naturales violando la soberanía de los pueblos ante la mirada cómplice de los regímenes capitalistas, cuyos gobiernos doblan rodillas ante el imperio.

La DRUMMOND ha llegado a los extremos de su indolencia, pues nuestros compañeros de trabajo han bajado sus brazos para prestar la solidaridad a los familiares de nuestro compañero y amigo, la respuesta del señor Gustavo solano y otros administradores de esta transnacional, es la consabida tiranía y amenaza, anunciándole a los trabajadores que si protestan tendrán que afrontar graves consecuencias; pues ya sabemos cuáles son las practicas que llevan a cabo estos verdugos, que entre otras es la de quitarles o restringirles el salario, sancionar o despedir trabajadores, de manera injusta sin importarles los minusválidos, o incapacitados; los afectados son botados a las calles, con la complicidad del Estado.

Estamos exigiendo la presencia del señor GARY DRUMMOND, como presidente de esta empresa que extrae y embarca el carbón de las minas y puertos colombianos, todos estos frentes de trabajo están preñados de deshumanización laboral y precarias condiciones de Seguridad Industrial, hecho por el cual estamos solicitando una reunión con la máxima autoridad de DRUMMOND, pues sería el colmo que no le importara la tragedia de los trabajadores que han colocado 19 muertos y centenares de enfermos por estas causa y reusara a aceptar este dialogo, ponerle freno y desistir de las amenazas de los mandos medios.

Lo que causó la muerte de WILTON, fue la mala planificación de los Departamentos de Mantenimiento y Eléctricos de alto voltaje. Este trabajador no fue advertido del alto riesgo en la zona donde se le ordenó prestar los servicios sin las prevenciones de seguridad y elementos que le permitan proteger al trabajador de estos accidentes que le causaron la muerte.

Cualquier desprevenido le podría parecer mentira que en DRUMMOND existan 800 trabajadores cuyos accidentes y enfermedades profesionales los ha deja limitados físicamente para laborar a quienes los médicos tratantes les ordena reubicación en el trabajo, la empresa responde restringiéndole hasta el 50% del salario y se confabula con las EPS y las ARP, para que renuncien a esta reubicación medica y laboren a como de lugar, sin importar los quebrantos de salud que causan las improvisaciones de la empresa, que solo le interesa que su producción siga en ascenso, en su lógica de acumular riqueza; lo mas indignate, es la falta de solidaridad y patriotismo, de los administradores colombianos, a quienes los gringos les han dado la posibilidad de dirigir la empresa, convirtiéndose en vulgares tiranos, que cierran los ojos ante la realidad y obligan a sus compatriotas a desarrollar trabajos de manera inadecuada, que como el caso de WILTON, le costó la vida. Esta empresa a través del personal administrativo colombiano responde con la más feroz represión, vulnerando el principio de solidaridad que trata el artículo 95 de nuestra Carta Magna.

Desde estas líneas llamamos a todas las Organizaciones Sociales Defensoras de Derechos Humanos, ONG, SINDICATOS, y Organizaciones Progresistas a que nos presten su solidaridad en estos momentos de luto y de dolor, que afrontamos sin ninguna consideración de DRUMMOND.

Las comunicaciones de protesta y solidaridad enviarlas a las entidades del gobierno, organismos defensores de Derechos Humanos con copia al Sintramienergética al correo electrónico jdn.sintramienergética@gmail.com .

¡POR NUESTROS MUERTOS, TODOS UNIDOS A DEFENDER NUESTROS DERECHOS!

¡POR EL DERECHO A LA VIDA, NI UN PASO ATRÁS, SIEMPRE ADELANTE, Y LO QUE HA DE SER DE UNA VEZ QUE SEA!

Brasil: FUP defende expulsão da Chevron

FUP: “Expulsão da Chevron do país é questão de dignidade e soberania nacional”

“Além de tentar esconder vazamento, empresa mentiu reiteradamente”, denuncia Moraes, da Federação Única dos Petroleiros

Em entrevista ao Portal do Mundo do Trabalho, o **coordenador geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), João Antonio Moraes**, saudou a decisão da Direção Nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), “em sintonia com a solicitação da categoria”, pela “imediata retirada da Chevron do Brasil”, diante da irresponsabilidade no vazamento do petróleo que ocasionou o grave acidente ambiental no Rio de Janeiro. “A expulsão da Chevron é questão de dignidade e soberania nacional”, enfatizou Moraes.



O próprio diretor da multinacional norte-americana, Luiz Pimenta, admitiu perante a Comissão de Minas e Energia da Câmara dos Deputados que a multinacional instalou apenas uma das duas sapatas (fundação) previstas para o sistema de contenção e vedação do poço de Frade, na Bacia de Campos. Conforme descoberto pela Polícia Federal, consumado o estrago, a multinacional ainda tentou jogar areia para que o petróleo desaparecesse nas profundezas e o crime fosse encoberto.

A última reunião da Direção Nacional da CUT se posicionou pela imediata retirada da Chevron do Brasil. Qual o significado desta decisão?

O ocorrido com a Chevron comprova que estávamos corretos ao lutar contra os leilões e defender o monopólio estatal do petróleo, pois este é um setor estratégico e delicado que não pode ficar à mercê dos interesses do lucro fácil. A Chevron mentiu diversas vezes ao governo, à sociedade e ao país, desde o tipo de perfuração que se comprometeu a fazer – pois disse que ia operar em águas rasas e tentou aprofundar, chegando a sete mil metros de profundidade, com o claro objetivo de chegar ao pré-sal. Depois, tentou esconder o vazamento, com todas as graves consequências disso para o meio ambiente. Mentiu novamente ao dizer que tinha 10 navios fazendo o combate à emergência, quando havia um único. Conforme havia conversado com o companheiro Artur, presidente da CUT, para a FUP, a expulsão da Chevron é uma questão de dignidade e soberania nacional.

A multinacional já demonstrou que tem compromisso zero...

Não há compromisso nenhum e isso está evidente. Os fatos são gritantes. Até a operadora da Chevron, que faz os trabalhos de perfuração no Campo de Frade, é a Transocean, exatamente a mesma que operava a plataforma da British Petroleum, que explodiu no Golfo do México em 2010, causando o maior desastre ambiental da indústria do petróleo. Precisamos denunciar o mais amplamente possível este crime para que a Chevron receba uma punição exemplar. Isso é fundamental para que tais práticas não sejam repetidas por outras empresas. No nosso entendimento, a legislação precisa urgentemente dar mais e melhores instrumentos para que o povo brasileiro possa fiscalizar e controlar a sua riqueza.

O presidente da Chevron para a América Latina e África, Ali Moshiri, chegou a ironizar a cobrança das autoridades brasileiras, dizendo que a “reação foi exagerada” e que nunca havia visto “um vazamento tão pequeno gerar tamanha reação”. Para completar, ainda mandou recado, falando que “se alguém acha que esse tipo de incidente não vai se repetir, eu gostaria de conversar com ele”.

As declarações que falam por si e mostram que tipo de empresas foram beneficiadas com a abertura da indústria brasileira de petróleo nos anos 90, durante o governo FHC, período em que iniciaram os leilões dos campos exploratórios, muitos deles entregues por valores irrisórios a multinacionais. A forma de produção da Chevron é altamente predatória, se utilizando de muito trabalho terceirizado, precário, na operação das plataformas. Precisamos colocar um ponto final nestes abusos. (*Leonardo Wexell Severo | CUT , 13.12.2011*)

Vecino, presidente de la USO, fue despedido de Ecopetrol

"Más que una sanción contra mi persona es un ataque contra la USO", dice Vecino. Duro golpe al diálogo entre sindicalismo y gobierno, opina la ENS.

La Unión Sindical Obrera, USO, enfrenta hoy una grave situación tras la resolución de despido que Ecopetrol, en primera instancia, profirió este martes 13 de diciembre en contra de Rodolfo Vecino, actual presidente de esta organización sindical, a quien acusa de participar indebidamente en política en su condición de funcionario público; situación que hoy tiene en máxima alerta a los trabajadores de la USO.

La sanción fue impuesta por la Oficina de Control Interno de Ecopetrol, como culminación de un proceso disciplinario que abrió el año pasado contra al presidente de la USO por participar en un evento en el que intervino el candidato por el Polo Democrático a la Gobernación de Bolívar. Pero será el presidente de la compañía, Javier Gutiérrez Pemberthy, quien en segunda instancia, a más tardar el lunes 19 de diciembre, confirme o eche atrás la resolución de despido de Vecino, quien además fue sancionado con la imposibilidad de desempeñar cargos públicos durante los próximos diez años.

Rodolfo Vecino catalogó la sanción como un ataque a toda la institucionalidad del sindicato, más que una medida individual contra su persona; una sanción de carácter político más que disciplinario, pues, a su juicio, tiene la clara intencionalidad de diezmar y paralizar a la USO en momentos en que esta organización ha reactivado con fuerza la lucha por la defensa de los intereses de los trabajadores del sector energético del país.

Y por su parte José Luciano Sanín V, Director General de la ENS, mostró su preocupación y llamó la atención sobre los efectos negativos que este hecho puede tener para el ambiente de diálogo que en este momento hay entre el movimiento sindical y el Gobierno Nacional.

Para conocer más detalles de este contencioso contra la USO, y medir sus repercusiones, la Agencia de Información Laboral conversó con Rodolfo Vecino y con Luciano Sanín:

¿Por qué, concretamente, le abrieron a usted el proceso disciplinario que termina ahora con esta grave sanción?

Ese proceso se inició desde el 20 de octubre del año 2010, en el marco de la conmemoración de un año más del asesinato de Jorge Ortega García, vicepresidente de la CUT. En ese evento estuvo el compañero Dionisio Miranda, quien en ese momento era el candidato del Polo Democrático a la gobernación de Bolívar. Este compañero llegó al evento a dar su saludo y a adherirse a los actos conmemorativos, pues es una persona cercana a la USO y era amigo personal de Jorge Ortega. Yo lo presenté a la concurrencia, habida cuenta de que nuestra organización sindical ha sido siempre clara y definida políticamente en su pertenencia al Polo Democrático. Ese evento lo grabó Ecopetrol en audio y video, y a partir de ahí la Oficina de Control Interno lo convirtió en cabeza de proceso contra mí, y contra siete compañeros más de la USO que estábamos allí. Así que el martes 13 de diciembre se dio el fallo en primera instancia, sustentado en mi supuesta participación en política. Me despiden de la empresa y me inhabilitan para ocupar cargos públicos durante diez años. Esta oficina tiene atribuciones para hacer eso.

¿Y qué pasó contra los otros siete compañeros procesados?

A ellos los liberaron del proceso porque lo que les interesaba era sancionarme a mí, para golpear y afectar duramente a la institucionalidad del sindicato. Porque es claro que este hecho, en este momento, más que una sanción contra la persona de Rodolfo Vecino, es un golpe duro contra la institucionalidad de la organización sindical, que yo como presidente represento en su máxima jerarquía.

¿O sea que usted lo interpreta como una especie de cuenta de cobro que Ecopetrol le pasa a la USO por toda la lucha y las movilizaciones que ha liderado este año?

Sí. Es la confirmación de que no estábamos equivocados cuando denunciábamos que hay un proceso sistemático para acabar con nuestra organización, desde todas las aristas y todos los ángulos. Hay una política clara en contra nuestra, y utilizan la Oficina de Control Disciplinario como pretexto para detener el avance de la organización en su lucha frontal por la defensa de los trabajadores. Y se da en un momento en que la USO retoma con fuerza sus principios de lucha sindical, en que incentiva a las organizaciones de los trabajadores del sector energético, confronta a las multinacionales como Pacific Rubiales, a Ecopetrol misma, y a las demás empresas que hacen presencia en el país y tienen una política de agresión contra los trabajadores. (...) *(Escuela Nacional Sindical (ENS) - Colombia , 19.12.2011)*

Colombia: Atentado contra el ferrocarril de Cerrejón

Por la Junta Directiva Nacional - SINTRACARBÓN, Riohacha, 18 de diciembre de 2011.

SINTRACARBÓN, sindicato nacional que agrupa a los trabajadores de la Industria del carbón, se permite manifestar a la opinión pública nacional e internacional que rechaza y condena un nuevo atentado del que fue objeto el ferrocarril que transporta el carbón de la empresa Carbones del Cerrejón Limited, "Cerrejón". Las informaciones preliminares dan cuenta que los hechos criminales ocurrieron a eso de la 1:30 de la madrugada del día de hoy, a la altura del kilometro 15+600 de la vía férrea que une a la Mina con Puerto Bolívar, sitio conocido como la "S", afectando a una locomotora del tren y 11 vagones. Este tren y otros equipos que transitan por esta vía privada son operados por obreros de base de la compañía, afiliados a nuestra organización que, afortunadamente, en esta oportunidad, resultaron ilesos en su integridad física.

Este es el segundo atentado contra el ferrocarril de Cerrejón en este mismo año. De hecho, el último acto criminal contra el tren carbonero y su tripulación había ocurrido el pasado 24 de febrero. A ello se suma, que más recientemente, una cuadrilla de desconocidos penetraron a las instalaciones de la Mina y dispararon con fusiles de largo alcance contra un equipo en el cual se transportaban dos operadores, en donde ambos resultaron heridos, uno de ellos de gravedad.

Esto demuestra, lastimosamente, extrema vulnerabilidad en los esquemas de protección de la compañía y en nuestro derecho a la vida y al trabajo, por lo que demandamos de la empresa Cerrejón y de las autoridades competentes, se hagan las investigaciones necesarias y se tomen las medidas que correspondan para que los trabajadores mineros podamos desarrollar nuestras labores sin zozobra.

SINTRACARBÓN, ratifica el rechazo a este tipo de acciones que acrecientan más los índices de violencia y que nada contribuyen a mejorar las condiciones económicas, sociales y laborales de la clase menos favorecida de nuestra sufrida nación. (*Rebanadas de Realidad, 20.12.2011*)

Solidaridad con los compañeros de TEMECAL

Sindicato de Trabajadores de la Industria Textil (SINTRATEXTIL) - Colombia

Por Carlos Fonseca Rivera, Presidente

El sindicato de trabajadores de la industria textil de Colombia "SINTRATEXTIL" seccional Bogotá, solicita a todas las organizaciones sindicales y gremiales la solidaridad económica y moral, para con los compañeros de la empresa TEMECAL S.A. empresa donde hay 70 trabajadores la mayoría madres cabeza de familia, los cuales llevan trabajando entre 18 y 30 años.

La empresa se encuentra cerrada por orden judicial, desde el día 29 de noviembre del año en curso, Por irresponsabilidad del gerente al no pagar los cánones de arrendamiento, el día martes 6 de diciembre el ministerio de la protección social legalizo la huelga por retención ilegal de salarios, ya que esta empresa venia incumpliendo en el pago de salarios, seguridad social, parafiscales e incumpliendo con la convención colectiva de trabajo, los trabajadores se resisten a que la fuerza publica los desaloje y a que el gerente les robe sus acreencias laborales. (*Rebanadas de Realidad, 14.12.2011*)

Dirección de la empresa:

Calle 12 No. 43 - 31 Bogotá D. C.

SINTRATEXTIL SEC. BOGOTÁ

CUENTA DE AHORROS N° 2400199028-9 BANCO CAJA SOCIAL

sintratextilsec.bogota@gmail.com

Telefax 7646910

Minería y derecho de contaminación

Compañía canadiense demanda al gobierno de El Salvador por el derecho de explotar oro y contaminar el agua del país

Organizaciones de la sociedad civil de El Salvador y de América Latina están conduciendo una campaña contra la presa minera canadiense Pacific Rim Cayman LLC, que está demandando el gobierno salvadoreño por supuestamente irrespetar los acuerdos comerciales firmados con los EEUU. La compañía quiere explotar una mina de oro que, según los opositores del proyecto, "podría envenenar con cianuro las fuentes de agua de más de la mitad de la población del país".

"En lugar de cumplir con el proceso de aprobación en materia ambiental, Pacific Rim entabló una demanda bajo el Tratado de Libre Comercio entre Centroamérica, Estados Unidos y la República Dominicana (el DR-CAFTA, por sus siglas en inglés)", dice la carta abierta de las organizaciones sociales.



Según el documento, Pacific Rim está demandando compensación del gobierno de El Salvador en el valor de mínimo de 77 millones de dólares, pero que podría llegar a cientos de millones de dólares. Como la minera es canadiense y Canadá no hace parte del DR-CAFTA, Pacific Rim mudó su subsidiaria de las Islas Caimán al Estado de Nevada en los EEUU. Ahora, el caso será decidido por un tribunal del Centro Internacional de Arreglos de Diferencias Relativas a Inversiones (CIADI) del Banco Mundial.

"Pacific Rim está usando al CIADI y las reglas inversionista-Estado de un tratado de libre comercio para socavar un debate nacional y democrático en torno a la sustentabilidad de la minería en El Salvador", dice la carta. "Estos asuntos no deberían de ser decididos por un tribunal de arbitraje como el CIADI. En el transcurso de la intervención de Pacific Rim en los asuntos políticos de El Salvador, cuatro activistas ante la minería han sido asesinados."

La organización de la Iglesia católica Cáritas explica que la Pacific Rim se instaló en El Salvador el 2002 y desde entonces diferentes sectores de la población salvadoreña han manifestado su rechazo a sus actividades, argumentando graves daños previsibles al medio ambiente, principalmente a los recursos hídricos y al desarrollo agropecuario. (CSA-TUCA)



Povo andino protesta contra o projeto de mineração de ouro Newmont Conga durante uma marcha perto da lagoa Cortada na região do Peru de Cajamarca, 24 de novembro de 2011.

Proyecto de unidad sindical en Colombia

Positiva evaluación del proyecto de unidad sindical en Colombia

En el seminario se consolidó la decisión de continuar con el proceso de unidad hacia un único sindicato nacional de la industria manufacturera, de aumentar la participación de las bases y la membrecía. Se valoró el aumento de la participación de la mujer y dirigentes (as) jóvenes.

Del 20 al 22 de noviembre se realizó en Bocayá, Colombia, el seminario de evaluación y planeamiento del proyecto de potenciación sindical, en el que participan las afiliadas Fetramecol, Utrammicol, y sindicatos afiliados a la ICEM, que tiene como objetivo principal contribuir a la unidad sindical nacional de trabajadores de la industria manufacturera, y de construir una nueva propuesta y organización sindical nacional que supere la estructura de sindicato de empresa.



El seminario contó con la participación de delegados de sindicatos afiliados a FITIM, de la ICEM en su calidad de federación participante, y de la Oficina de la FITIM en Ginebra, de la Oficina Regional de América Latina y el compañero Erland Lindkvist de IFMETAL Suecia.

Nohora Tovar, Coordinadora Nacional, explicó que se establecieron nuevas estrategias para los próximos encuentros. Como por ejemplo la decisión de continuar en el proceso de unidad sindical, de incorporar a los compañeros de la ICEM, y trabajadores y bases no organizadas, tercerizados. Asimismo valoró el aumento de la participación de las mujeres y jóvenes. "En 2009 los seminarios se iniciaron con un 10% y hasta la fecha ya vamos en el 20%", señaló.

Durante el seminario las coordinaciones regionales hicieron su evaluación del año, y asimismo se analizó el avance del concejo nacional de unidad. Se identificaron dificultades, desafíos y acciones que establecerán la articulación con el Consejo Nacional de unidad y el plan de acción del proyecto de potenciación.

Cabe señalar que el Consejo Nacional de Unidad es un experimento, un diseño de lo que será la nueva Internacional, por ahora es compuesto por 12 miembros, divididos en dos compañeros (as) de cada afiliada, FETRAMECOL, UTRAMICOL y el Consejo de Sindicatos de la ICEM en Colombia, más un dirigente de cada uno de los seis principales sindicatos de las tres organizaciones.

Por último se establecieron compromisos y tareas de gestión para 2012 con la conciencia clara de agilizar el debate acerca del cómo hacer la unidad, de mejorar la comunicación bases-juntas directivas, de aumentar la participación de las bases y de garantizar el compromiso del consejo de unidad, las coordinaciones regionales y los círculos de estudio en pro del cumplimiento del plan de acción. La intención es tener concluido a mediados de noviembre de 2012 la propuesta y plan de construcción de la nueva estructura sindical.

El Compañero Erland de IFMetal, destacó los avances y el esfuerzo, pero reiteró la necesidad de organizarnos en una nueva estructura, sin buscar excusas y entre caminos.

La FITIM destacó el esfuerzo de los dirigentes colombianos que han avanzado de manera importante desde el inicio del proyecto, y valoró el trabajo de las afiliadas y de la ICEM en el logro de los objetivos. Fernando Lopes, señaló que se requiere profundizar el proyecto y planear pasos juntos posibles ya que ¡es una tarea de todos! Agregó que espera y sueña que en noviembre de 2012, el taller nacional sea una gran plenaria para la aprobación y creación de la nueva estructura sindical del sector de la industria manufacturera de Colombia. (Valeska Solis) (FITIM, 13.12.2011)

Vale, a multinacional dos conflitos

Escrito por Philippe Revelli | Le Monde Diplomatique

Denúncias de violação de direitos trabalhistas e ambientais na África, Ásia e no continente americano arrancam a imagem da Vale

Sudbury, 11 de março de 2010. Nesta cidadezinha, a 400 km ao norte de Toronto, no Canadá, os mineiros da companhia Vale/Inco formam uma fila única, aguardando sua vez de votar nas propostas em discussão. Eles estão em greve há oito meses e, na semana anterior, as negociações entre a diretoria da companhia e o United Steelworkers (USW), o sindicato dos metalúrgicos, foram interrompidas. Na origem do conflito está a possível alteração na convenção coletiva de trabalho, o que resultaria no congelamento dos salários durante três anos, além da modificação do regime das aposentadorias e da redução do bônus anual vinculado à rentabilidade da empresa (até então calculado com base numa média de 25% do salário).



Ao sair da cabine de votação, um grevista queimou o documento no qual estavam listadas as propostas da diretoria, gesto imitado por muitos dos seus colegas. O resultado do pleito não deu margem para dúvidas: 88,7% dos assalariados optaram por continuar de braços cruzados.

Essa não era a primeira greve dura dos mineiros. A International Nickel Company of Canada (Inco) explora o níquel da região há mais de um século e, no decorrer dos conflitos, o USW foi consolidando seu papel de interlocutor privilegiado com a diretoria, arrancando direitos sociais importantes que beneficiam o conjunto da comunidade. Ou, melhor dizendo, “beneficiavam”. Em 2006, a compra da companhia canadense pela multinacional brasileira Vale mudou a situação de vez. E nada indica que os mineiros ganharam com isso.

Alegando os efeitos da crise financeira, os dirigentes da Vale/Inco não tardaram a voltar atrás nas promessas feitas ao governo canadense, que no começo era hostil à compra de uma empresa nacional por uma concorrente estrangeira. O conflito aberto pelo questionamento da convenção coletiva ofereceu à diretoria a oportunidade de se libertar das regras (mais ou menos tácitas) de negociação em vigor até então. Espantados, os mineiros canadenses foram descobrindo novas práticas: “Nunca, até então, ‘laranjas’ haviam furado nossos piquetes de greve!”, conta Pascal Boucher, dirigente da seção local do USW. Há relatos, também, de assédio pelos agentes de segurança terceirizados que servem à companhia: “Eles chegam ao ponto de nos seguir, filmando ostensivamente nossas idas e vindas. Ficam, até mesmo, estacionados em frente às nossas casas”. Até então, ninguém tinha visto nada parecido em Sudbury.

Para Doug Olthuis, encarregado de assuntos internacionais do sindicato, essa mudança é decorrente da nova escala da companhia: “O níquel de Sudbury representava 30% do faturamento da Inco. Agora, ele corresponde a não mais de 3% do faturamento da Vale. Para eles, as minas não são indispensáveis; com isso, a capacidade de negociação do sindicato foi reduzida na mesma proporção”.

Recordar é viver

O berço da Vale é Minas Gerais. Após o ciclo do ouro (no século XVIII), veio o do ferro, que durante a Segunda Guerra Mundial adquiriu para os Aliados uma importância estratégica. Os acordos de Washington, assinados em 1942, entre os governos estadunidense, britânico e brasileiro, estipularam uma transferência das minas, que eram exploradas até então pela British Itabira Company, para uma sociedade brasileira de economia mista fundada naquela oportunidade (com ajuda de créditos americanos): a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD).

Dez anos mais tarde, o Estado brasileiro assumiu o controle da CVRD, e a empresa consolidou sua posição no Quadrilátero Mineiro. Após a descoberta das jazidas de ferro de Carajás (PA), ela estendeu suas operações à Amazônia e tornou-se, durante os anos 1980, a maior exportadora mundial de minério de ferro. Em 1997, quando a Vale do Rio Doce figurava entre as empresas mais rentáveis do país, o governo de Fernando Henrique Cardoso decidiu privatizá-la.

A operação foi realizada dentro de condições duvidosas – para dizer o mínimo – e é questionada até hoje. Liquidada por US\$ 3,14 bilhões, a empresa vale atualmente 40 vezes mais (US\$ 139 bilhões). As suas reservas em minério de ferro, que estavam estimadas em 2 bilhões de toneladas às vésperas da venda, triplicaram nos dias que se seguiram como um passe de mágica. Além do mais, cerca de 60 filiais não foram levadas em conta na avaliação dos ativos da companhia, realizada com ajuda do grupo Bradesco, que se tornou um dos principais acionistas da nova sociedade privada.1 >>>

Vale, a multinacional dos conflitos (cont.)

A partir de 2001, a ascensão de Roger Agnelli ao comando da sociedade deu início a uma era de expansão agressiva no exterior. A firma, que se tornou multinacional, foi içada ao nível de maior fornecedora da China em minério de ferro e estendeu suas atividades aos metais não ferrosos – níquel, cobre, manganês, bauxita, fosfatos.

Em 2006, com a aquisição da Inco, a CVRD tornou-se a segunda maior empresa mineradora do mundo, atrás apenas da BHP Billiton. Além disso, a operação permitiu-lhe estender suas atividades ao Canadá, Indonésia e Nova Caledônia. No ano seguinte, ela mudou seu nome para Vale e continuou o boom: nos setores do carvão – ela obteve concessões no distrito de Moatize, em Moçambique, onde estão localizadas as mais importantes reservas inexploradas do planeta – e dos adubos químicos – com a compra das cotas da Bunge na empresa Fosfertil.

Desde então, as suas atividades se estendem pelos cinco continentes, em mais de 30 países. O conglomerado reúne cerca de 60 empresas, emprega 150 mil trabalhadores, possui 9 mil km de ferrovias, oito portos e várias centrais hidrelétricas. A Vale bateu seus recordes no ano de 2008, lucrou US\$ 13,3 bilhões² e distribuiu US\$ 2,75 bilhões aos seus acionistas, uma quantia maior que aquela gasta com os salários – US\$ 1,9 bilhão.

Infelizmente, nem todos os brasileiros são acionistas da Vale. Ao longo da estrada de ferro que liga as minas de Carajás ao porto de São Luís (MA), não são os dividendos que vêm à mente quando se menciona o nome da empresa.

Dirigente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Canaã dos Carajás, município onde cinco projetos de exploração mineira estão em operação, José Ribamar conta que “as explosões, o alvoroço das máquinas e a circulação de centenas de caminhões atrapalham a vida cotidiana dos habitantes e assustam os animais. Toneladas e toneladas de rochas estéreis³ e lixo de todo tipo se acumulam ao ar livre e são arrastadas pelas chuvas, poluindo a água e o solo”. E não é só isso: “Para que novas minas possam entrar em serviço, a Vale compra terras e manda cercá-las com arame farpado. Os camponeses que não querem vender acabam ficando ilhados”.

A cerca de 50 km dali, Parauapebas abriga a sede regional da companhia. A cidade, que não passava de um vilarejo alguns anos atrás, conta atualmente com 150 mil habitantes. Em volta de alguns enclaves de prosperidade, as moradias precárias não param de ganhar terreno – 45% das famílias do município não têm água encanada, 90% não estão conectadas à rede de esgoto – e os royalties que o município recebe⁴ não lhe permitem adaptar sua infraestrutura à chegada constante de novas levas de migrantes.

Toda semana, desembarcam lá dezenas de famílias, atraídas pela perspectiva de conseguir um emprego na Vale. Para muitos, isso não passará de miragem. Mas é uma miragem que vai aumentando as fileiras de um exército de reserva, do qual a companhia se abastece para substituir os operários que ficam “sem condições de trabalho”. Nesse contexto, ferir-se equivale a perder tudo: a Associação de Defesa das Vítimas de Acidentes do Trabalho acompanha atualmente 63 casos de operários demitidos em consequência de um acidente de trabalho.

A contratação de cerca de 60% do pessoal por intermédio de agentes, pouco preocupados com as questões de direito do trabalho, contribui para refrear a combatividade dos assalariados, enquanto as autoridades locais, a polícia e a justiça se mostram pouco inclinadas a mudar esse cenário. Houve um caso excepcional: em abril de 2010, um juiz do trabalho de Marabá aventurou-se a condenar a empresa a pagar R\$ 300 milhões, por perdas e danos, a várias centenas de trabalhadores. Tudo em vão, já que alguns dias mais tarde, o Tribunal Superior do Trabalho suspendeu a execução da sentença, enquanto a Vale, por sua vez, anunciou a intenção de processar o magistrado.

Ao longo da ferrovia, a cidade de Açailândia tornou-se, durante os anos 1990, um polo siderúrgico alimentado pelo minério de Carajás. No final da estrada, está o projeto de ampliação do porto de São Luís, que vem enfrentando resistência por parte das comunidades de pescadores.

Em 2007, a multiplicação dos conflitos locais levou ao lançamento de uma campanha comum: Justiça nos Trilhos⁵. Dois anos mais tarde, por ocasião do Fórum Social Mundial de Belém, foram promovidos encontros com grupos vindos de diversos lugares do mundo que estavam em conflito com a mineradora. Germinou, então, a ideia de um movimento internacional de oposição à Vale. A greve dos mineiros canadenses da Vale/Inco, que teria início alguns meses mais tarde, iria exercer o papel de catalisador. O primeiro encontro internacional das vítimas da Vale seria realizado no Rio de Janeiro, cidade que abriga a sede da companhia, em abril de 2010. >>>

Vale, a multinacional dos conflitos (cont.)

Compartilhando problemas

Duas vans avançam aos solavancos na pista da serra do Gandarela, em Minas Gerais. Elas transportam 15 representantes de organizações camponesas, indígenas, ecologistas e sindicais. Eles vêm do Peru, Chile, Moçambique e Canadá para fazer parte da “caravana internacional” que circula pelo estado. “A serra do Gandarela é uma zona natural protegida que abriga 40% das reservas de água ainda preservadas de Minas Gerais”, explica Isabela Caçado. Bióloga e militante do Movimento pelas Serras e Águas de Minas, ela se diz preocupada com os projetos da Vale de ampliar o perímetro das suas operações na região, de maneira a multiplicar por cinco a sua produção de minério de ferro. “As licenças de exploração obtidas pela companhia têm um bom número de irregularidade e estão em contradição com as normas de proteção das águas e da biodiversidade”, afirma.



O impacto da atividade da mineração sobre a água, a sua qualidade, o volume das reservas existentes e a sua disponibilidade para as populações locais foram questões que surgiram durante o percurso da caravana. Assim, alguns canadenses relataram o caso de Newfoundland, na província do Labrador, onde a Vale pretende utilizar o lago de Ponds Sand para armazenar lixo tóxico. As representantes chilenas alertaram para “o desvio de um recurso público”, que constituiria o bombeamento de enormes quantidades de água em novas áreas de mineração que a companhia pretende explorar na província de Choapa. Quanto aos camponeses, eles constatam no dia a dia a poluição dos cursos de água, a acumulação de lama cinzenta nas bordas e o desaparecimento dos peixes... Mas, o que fazer para impedir isso?

“Em 2006, a Vale obteve uma licença para explorar uma mina de cobre a céu aberto na região de Cajamarca, no Peru”, relata José Lezma, presidente da Frente de Defesa da Bacia do Rio Cajamarquino. “Mas, nessa região, já tínhamos a amarga experiência dos danos provocados pela mineração; entre os empregos prometidos pela Vale e aqueles perdidos na agricultura, o cálculo foi rápido: decidimos impedir a abertura da mina”. Com o apoio das autoridades, a empresa investiu com tudo para destruir o movimento camponês, optando até mesmo por recrutar antigos presidiários, capangas e bandidos envolvidos no tráfico de drogas para compor sua força de segurança. José Lezma chegou a ser sequestrado e teve seu domicílio saqueado. Em 2007, 500 camponeses ocuparam durante três meses o local da mineração, obrigando a empresa a retirar suas máquinas.

No Rio de Janeiro, cerca de 160 pessoas participaram do encontro internacional das vítimas da Vale. Universitários, camponeses, pescadores, indígenas, sindicalistas, ecologistas. Todos que se manifestaram foram unânimes: o impacto ambiental, inerente à atividade da mineração, poderia ser reduzido pela implementação de medidas técnicas ou legais. Infelizmente, nada indica que esses cuidados façam parte das prioridades da Vale. Pelo contrário: Jacques Boenghik, consultor na Agência Canadense de Desenvolvimento, aponta uma diretriz interna da usina de Goro, na Nova Caledônia: certas medidas de controle e vigilância das instalações são preconizadas “somente se vocês tiverem tempo para tanto (...), levando em conta os operadores à disposição”. E não se trata de um caso isolado.

No campo social, a lista dos conflitos é infindável: há o caso dos indígenas Karonsi'e Dongi de Sorowako, na Indonésia, expulsos do seu território ancestral e que sobrevivem, atualmente, encurralados por um campo de golfe da Vale; ou ainda os 5 mil camponeses moçambicanos da região de Moatize, que foram reassentados em condições precárias em terras menos férteis e mais afastadas das feiras onde comercializam sua produção. Na baía de Sepetiba, a oeste do Rio de Janeiro, onde o consórcio ThyssenKrupp-Vale está construindo uma usina siderúrgica, membros de milícias paramilitares locais foram identificados entre o pessoal da segurança. O dirigente de uma comunidade de pescadores, ameaçado de morte, teve de recorrer ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Obrigado a abandonar seu domicílio, vive atualmente escondido.

>>>

Vale, a multinacional dos conflitos (final)

No campo social, a lista dos conflitos é infindável: há o caso dos indígenas Karonsi'e Dongi de Sorowako, na Indonésia, expulsos do seu território ancestral e que sobrevivem, atualmente, encurralados por um campo de golfe da Vale; ou ainda os 5 mil camponeses moçambicanos da região de Moatize, que foram reassentados em condições precárias em terras menos férteis e mais afastadas das feiras onde comercializam sua produção. Na baía de Sepetiba, a oeste do Rio de Janeiro, onde o consórcio ThyssenKrupp-Vale está construindo uma usina siderúrgica, membros de milícias paramilitares locais foram identificados entre o pessoal da segurança. O dirigente de uma comunidade de pescadores, ameaçado de morte, teve de recorrer ao Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos. Obrigado a abandonar seu domicílio, vive atualmente escondido.

Para os atingidos por essas situações, a Vale não seria o que ela é e não poderia se permitir transgredir impunemente as legislações nacionais sem o apoio das autoridades dos países nos quais ela opera. Em Moçambique, segundo publicou o diário O País, "o presidente da empresa é conselheiro para assuntos internacionais do chefe do Estado, Armando Guebuza⁶". Em Goro, "um anexo do quartel da polícia militar foi construído no campus da Vale", conta Boenghik. "A empresa abre gratuitamente seu restaurante para os policiais e lhes fornece veículos." E, no Brasil, onde a Vale goza desde sempre do apoio infalível do Estado que a deu à luz e criou na sua primeira infância – e segue amparada por empréstimos, tarifas preferenciais de eletricidade⁷ e projetos de infraestrutura –, o Tribunal Superior Eleitoral apurou que 46 deputados, seis senadores, sete governadores e o próprio presidente Lula haviam gozado de benesses da Vale durante a campanha eleitoral de 2006⁸.

A existência de passarelas entre as altas esferas do Estado e as da companhia suscitam questionamentos. Em 2008, por exemplo, pouco após a concessão de um empréstimo de R\$ 7,3 bilhões à Vale pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social) – o financiamento mais importante já concedido por este organismo a uma empresa –, o secretário executivo do banco, Luciano Siani Pires, foi nomeado diretor do departamento de Planejamento Estratégico da sociedade.

Saídas

"O movimento ainda está engatinhando", reconhece Ana Garcia, uma das organizadoras, "a tarefa que temos pela frente é imensa... e muitas perguntas permanecem no ar". Como conciliar a diversidade dos pontos de vista e das situações políticas? Os objetivos a longo prazo e as demandas imediatas das populações prejudicadas? As reivindicações sindicais e o questionamento de um modelo de desenvolvimento baseado na extração dos recursos naturais? As lutas locais e a exigência de parte dos movimentos sociais de nacionalizar novamente a companhia?

Em Sudbury e em Port Colborne, após um ano de greve, os mineiros canadenses da Vale/Inco finalmente encerraram seu movimento sem conseguir muitas concessões, enquanto a luta prossegue na área de mineração de Voisey's Bay. "No decorrer do ano passado", escreveu então Jamie West, mineiro que participou no encontro do Rio, "nós aprendemos muito em relação ao nosso empregador. Também aprendemos muito sobre nós mesmos, sobre a importância do sindicalismo e da solidariedade – não apenas no âmbito local ou da nossa organização, mas também com os trabalhadores do mundo inteiro. Aprendemos que muitos dentre nós eram militantes que esperavam apenas ser despertados, que esperavam apenas uma oportunidade⁹".

Philippe Revelli é jornalista.

1 Em 2007, por ocasião de uma votação organizada pela campanha "A Vale é nossa", 3,7 milhões de brasileiros se pronunciaram a favor da nacionalização da companhia.

2 Em 2009, apesar da crise, eles ainda Alcançaram o montante de US\$ 5,3 bilhões.

3 Rochas que não contêm minérios aproveitáveis.

4 Em 2008, esses royalties representavam apenas 1,7% do valor do minério extraído.

5 Justiça nos Trilhos: www.justicanostrilhos.org

6 O País (Moçambique), 23 de fevereiro de 2010.

7 A Vale consome, sozinha, 5% da eletricidade do país, que ela paga por uma tarifa subsidiada.

8 Valor Econômico, 16 de maio de 2007.

9 "Vale Inco strikers weigh their year of sacrifice and vote on deal", 7 de julho de 2010, <http://labornotes.org>.

El petróleo que llega del frío

Por Humberto Márquez

Desde las ardientes arenas de Arabia, el tórrido delta del Níger o las calurosas llanuras del Orinoco, los productores de petróleo del cinturón tropical del planeta han impulsado, al disfrutar de altos precios, a sus rivales que vienen del frío.



El grupo angloholandés Shell recibió luz verde de la agencia ambiental de Estados Unidos para perforar en busca de petróleo fuera de las costas del norte de Alaska a partir de julio de 2012, un proyecto en el que ha empeñado 3.500 millones de dólares.

Por su parte, el gigante consorcio estadounidense Exxon firmó con el ruso Rosneft un acuerdo para invertir 3.200 millones de dólares en la búsqueda de hidrocarburos bajo el mar de Kara, en el noroeste de Rusia. Lame sus heridas, al haber perdido esa opción, la alianza entre otra corporación rusa, TNK, y British Petroleum.

"Es que bajo el océano Ártico, las reservas de crudo se estiman en 100.000 millones de barriles (de 159 litros), tanto como las de Iraq o Kuwait, más 44.000 millones de barriles de líquidos de gas natural y 80 billones de pies cúbicos (TCF en nomenclatura inglesa) de gas", recordó a IPS el experto en Geopolítica y Asuntos Petroleros, Kenneth Ramírez, de la Universidad Central de Venezuela.

También la isla danesa de Groenlandia ha convocado a licitaciones previas para prospección fuera de sus costas, y las compañías Exxon y su connacional Chevron han sido las primeras en anotarse. Canadá, por su parte, puede sumar su porción de petróleo del Ártico a las arenas de sus provincias occidentales, que le convierten en una potencia energética, con la ventaja de que está al lado del mayor mercado del mundo, el estadounidense.

Bajo el Ártico se encuentra entre 13 y 20 por ciento del petróleo "por descubrir" del planeta, según el Servicio Geológico de Estados Unidos (USGS), y buena parte de él a escasa profundidad, lo cual incrementa las perspectivas de un jugoso retorno, al crecer la demanda y de mantenerse los precios como los actuales, de 100 o más dólares por barril.

"El crecimiento económico de China e India, pero sobre todo la política de la OPEP, le han tendido la cama a productores como Rusia para que explote más yacimientos y compita con el petróleo del trópico", señaló a IPS el jefe de la Sección de Relaciones Internacionales en la caraqueña Universidad Simón Bolívar, Víctor Mijares.

La OPEP (Organización de Países Exportadores de Petróleo), integrada por Angola, Arabia Saudita, Argelia, Ecuador, Emiratos Árabes Unidos, Irán, Iraq, Kuwait, Libia, Nigeria, Qatar y Venezuela, produce unos 30 millones de los 88 millones de barriles diarios de crudo que demanda el planeta y apuntala los precios del recurso con recortes de producción cuando esos valores son amenazados por picos de sobreoferta.

La búsqueda de petróleo bajo el Ártico también renueva la apuesta del negocio mundial de la energía y de la economía global por los combustibles fósiles, acompaña el juego estratégico de potencias tradicionales y emergentes, y muestra la persistencia del riesgo ambiental asociado a la industria de hidrocarburos. >>>

El petróleo que llega del frío (cont.)

A contravía de quienes plantean que la disponibilidad de petróleo declina inexorablemente, Leonardo Maugeri, directivo de la empresa de energía italiana ENI y autor del libro "La edad del petróleo", planteó que el actual nivel de reservas probadas de crudo puede incrementarse de modo sustancial con los nuevos hallazgos y las tecnologías que permitan una mayor recuperación de los yacimientos.

Aunque las reservas probadas de crudo alcanzan hoy a 1,5 billones de barriles y con ello se abastecería al mundo por 40 o 50 años, en realidad se trabaja con el criterio de recuperar apenas una tercera parte del recurso in situ, pero las tecnologías permitirán aumentar hasta 50 por ciento el porcentaje de recobro hacia 2030, según Maugeri.

Como cada año se encuentran nuevos yacimientos, Maugeri estima que el mundo dispondrá de más de cuatro billones de barriles de petróleo recuperable después de 2030, y concluye que habrá "más que suficiente para todo el siglo XXI". Por ejemplo, Brasil agregaría entre 50.000 y 80.000 millones de barriles a los 14 millones que tenía de reservas con los hallazgos confirmados en la llamada capa presal, a gran profundidad en el océano Atlántico.

El Ártico es un vivo ejemplo, pues su crudo y gas eran prácticamente inexplotables por las duras condiciones, pero con el deshielo avivado por el cambio climático, los altos precios de la energía y las nuevas tecnologías, puede contener hidrocarburos por el equivalente a 400.000 millones de barriles de petróleo, un volumen 10 veces mayor a todo el crudo extraído hasta ahora bajo el Mar del Norte.

"La verdad es que hay mucho interés en seguir extrayendo crudo y por eso las energías alternativas no están en una situación favorable, porque el petróleo sigue siendo abundante, eficiente y barato, pues aun con sus actuales precios es una energía potable para la mayoría de las sociedades", sostuvo Mijares.

El deshielo del Ártico y la explotación de su petróleo abren además nuevas rutas de navegación, "con una Rusia ávida de reestrenarse como gran potencia mundial mediante el control de yacimientos, rutas y suministros, amén de beneficiarse con la tecnología que se le provee desde Occidente", recordó Ramírez.

Para Mijares, "en la era de la hoy desaparecida Unión Soviética, el poderío ruso se manifestaba en su fuerza nuclear y en el Ejército Rojo". En cambio, "ahora ese país depende de su capacidad energética como palanca para sostenerse como un muy importante actor global", precisó.

Por su parte, Estados Unidos estaría satisfecho con la diversificación de fuentes de hidrocarburos, que le permite depender menos de los suministros del Medio Oriente y ejercer mayor presión en política doméstica sobre proveedores como Arabia Saudita.

Las fuentes también concuerdan en observar la emergencia de Canadá como potencia energética y, por ende, como actor global. Se ha deslindado del Protocolo de Kyoto en materia ambiental "e incrementa su gasto militar para encarar la nueva presencia de rivales en el Ártico".

Entretanto se aguarda la variable ambiental. Científicos como Peter Wadhams, del Instituto de Investigaciones Polares de la británica Universidad de Cambridge, han advertido sobre lo difícil, si no imposible, que sería conjurar una catástrofe provocada por derrames petroleros en el Ártico como el que sufrió el Golfo de México en 2010.

"Un derrame de petróleo bajo el hielo sería mucho peor que en mar abierto. El crudo estaría encapsulado, viajaría por el Ártico y se liberaría con la primavera a gran distancia del sitio original del accidente. La palabra adecuada para una tal eventualidad es 'terrible'", aseveró Wadhams. (FIN/2011)

Patrimônio estrangeiro no Brasil soma 30% da riqueza anual do país

Os estrangeiros possuem US\$ 660 bilhões no Brasil, o equivalente a 30% das riquezas produzidas no país durante um ano (PIB). Na divisão por setor de atividade econômica, o maior volume está nos serviços, com destaque para o sistema financeiro (US\$ 99 bilhões). Já em relação ao país de origem do capital, a liderança é da Holanda (US\$ 169 bilhões) ou dos Estados Unidos (US\$ 104 bilhões), dependendo do critério usado pelo Banco Central (BC), autor das estatísticas.

Os números constam de um censo dos capitais estrangeiros que o BC faz a cada quatro anos desde 1995, a partir de declarações entregues pelos controladores dos recursos. A versão preliminar da pesquisa, com 13,7 mil declarações sobre dados de 2010, foi divulgada nesta quinta-feira (15).

O censo anterior, com valores de 2005, registrara US\$ 472 bilhões. De lá para 2010, a quantia subiu 40%. A comparação entre ambos não dá uma ideia correta sobre a evolução do estoque de capital estrangeiro no país, pois o BC mudou a abrangência do censo. Passou a contabilizar também dinheiro emprestado por uma matriz no exterior para sua filial no Brasil, em operações chamadas de intercompanhia. Segundo o BC, esse procedimento é comum no mundo todo.

O total de dólares que circulou entre multinacionais em 2010 foi de US\$ 80 bilhões. Excluindo-se esse montante, para que se possa comparar com o resultado do censo 2005, a variação observada nestes cinco anos foi de 53%.

Pelos setores de atividade, os US\$ 660 bilhões se distribuem em 43% nos serviços, 40% na indústria e 17%, na agropecuária e mineração. No primeiro, a liderança é do segmento sistema financeiro (US\$ 99 bilhões). Na indústria, bebidas (US\$ 52 bilhões). E, na agropecuária/mineração, petróleo (US\$ 56 bilhões).

Em relação ao país de origem do dinheiro, o BC utiliza dois critérios contábeis. Um chamado de "investidor imediato", outro de "investidor final". O primeiro indica qual foi a última parada do dinheiro antes de aportar no Brasil. O segundo faz um novo "carimbo" no dinheiro, levando em conta quem são os acionistas por trás da empresa investidora.

De acordo com o BC, o segundo critério "permite conhecer a origem primária dos recursos investidos, minimizando a distorção que a canalização de investimentos por paraísos fiscais e centros financeiros internacionais gera nas estatísticas bilaterais".

Pelo primeiro critério, quem ganha é a Holanda, terra da Ambev/Inbev, seguida de Estados Unidos (US\$ 169 bilhões), Espanha (US\$ 125 bilhões) e Luxemburgo (US\$ bilhões). Pelo outro, Estados Unidos (US\$ 104 bilhões), Espanha (US\$ 85 bilhões), Bélgica (US\$ 50 bilhões) e multinacionais brasileiras (US\$ 47 bilhões). (*Carta Maior*, 16.12.2011)



Vale e Petrobras entre as empresas mais lucrativas das Américas

A Vale e a Petrobras ocuparam a quinta e a 11ª posição, respectivamente, entre as empresas mais lucrativas das Américas no terceiro trimestre do ano, segundo levantamento divulgado nesta segunda-feira pela consultoria Economatica.

Considerando apenas a América Latina, a Vale ocupa a primeira posição e a Petrobras a segunda. A pesquisa não considera as empresas do Canadá por não serem acompanhadas pela consultoria.

Somente as duas companhias ficaram entre as 20 maiores da amostra analisada pela Economatica.

A empresa mais lucrativa da amostra é a Exxon Mobil, que totalizou US\$ 10,3 bilhões no terceiro trimestre de 2011.

A pesquisa mostra ainda que setores de petróleo e gás e eletroeletrônicos são os que têm o maior número de representantes, com quatro empresas cada.

O lucro das empresa foi convertido para dólar com a cotação do dia 30 de setembro. Escrito por Folha de S. Paulo 29-Nov-2011

Veja lista de empresas e o lucro líquido no 3º trimestre, em bilhões de US\$

1º - Exxon Mobil (EUA) - 10,33	11º - Petrobras (Brasil) - 3,42
2º - Chevron Texaco (EUA) - 7,83	12º - General Eletric (EUA) - 3,22
3º - Apple (EUA) - 6,62	13º - Johnson & Johnson (EUA) - 3,20
4º - Microsoft (EUA) - 5,74	14º - Procter & Gamble (EUA) - 3,02
5º - Vale (Brasil) - 4,26	15º - Google (EUA) - 2,73
6º - Intl Bus Machines (EUA) - 3,84	16º - Conocophillips (EUA) - 2,62
7º - Walmart Stores (EUA) - 3,80	17º - Philip Morris (EUA) - 2,34
8º - Pfizer (EUA) - 3,74	18º - Coca-Cola (EUA) - 2,22
9º - AT&T (EUA) - 3,62	19º - General Motors (EUA) - 2,11
10º - Intel (EUA) - 3,47	20º - Pepsico Inc (EUA) - 2,00

Desigualdade de renda cai no Brasil e sobe nos países ricos, afirma OCDE

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), clube que reúne países ricos e emergentes como México, divulgou segunda-feira (5) um compêndio sobre a evolução da desigualdade de renda no mundo. O estudo "Permanecemos divididos: por que a desigualdade segue aumentando" traz três conclusões importantes:

- 1) A diferença da renda recebida pelos trabalhadores da OCDE aumentou na maioria dos países do grupo para o maior nível em 30 anos;
- 2) Na contramão, o Brasil – que não é membro da OCDE, mas também foi analisado – registrou queda da desigualdade nos últimos anos;
- 3) Não fosse a ação dos Estados através de suas políticas sociais, o buraco entre ricos e pobres seria muito mais profundo.

O estudo da OCDE aponta que mesmo países reconhecidos por sua igualdade, como Alemanha, Dinamarca e Suécia, enfrentam processos de concentração econômica. Nessas nações, a média da renda dos 10% mais ricos em relação àquela dos 10% mais pobres saltou de cinco para seis vezes, dos anos oitenta para cá – ou seja, a concentração aumentou 20%.

A desigualdade subiu também em países como Itália, Japão, Coreia e Reino Unido, que atingiram uma taxa de dez para um. Na direção oposta, o México assistiu a um recuo das diferenças de renda, mas continua sendo o mais desigual da OCDE – os mexicanos mais ricos ganham 27 vezes a mais do que os mais pobres.

Já o Brasil é um caso a parte. Apesar do recuo da desigualdade desde o final da década de noventa, em torno de 8,5%, os 10% mais ricos recebem em média 50 vezes mais do que a renda dos mais pobres. Entre as nações analisadas, o país só é batido pela África do Sul, onde a herança do apartheid mantém essa relação em 61 para um.

De acordo com a OCDE, a principal razão para a desigualdade de renda nos países do bloco é o aumento das diferenças salariais entre os trabalhadores.(...) (Marcel Gomes) (Carta Maior, 07.12.2011)

OIT: Mais e melhores empregos para os jovens

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou um apelo para que sejam intensificados os esforços para melhorar a situação laboral dos jovens da América Latina e Caribe, os quais enfrentam altas taxas de desemprego e informalidade, o que gera frustração, desalento e questionamentos que, inclusive, afetam a governabilidade.

O secretário-geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), José Miguel Insulza, e o ministro das Relações Exteriores do Peru, Rafael Roncagliolo, participaram da inauguração deste Foro de dois dias junto à Diretora Regional da OIT para a América Latina e o Caribe, Elizabeth Tinoco. Também estiveram presentes Dagoberto Lima Godoy, representando os empregadores, e **Amanda Villatoro**, representando os trabalhadores.



“O desemprego urbano na América Latina e Caribe baixou para 7 por cento em 2011, um nível que não se via desde meados dos anos 90”, revelou Tinoco no início do Foro, ao referir-se à forma como a região pode superar exitosamente a crise de 2008 e 2009.

Mas destacou que este Foro foi convocado justamente “para refletir sobre o que fazer na região diante dos possíveis impactos de uma nova crise, como afetaria o emprego, em especial o dos jovens, os programas sociais, os fluxos de investimento, e quais deveriam ser as respostas do Estado para manter a governabilidade e preservar a cidadania”.

Tinoco disse que o encontro em Lima enfatiza a situação dos jovens porque “se a sociedade não cria empregos para eles, tendem a perder a confiança nas instituições democráticas. Em todo o mundo eles sofrem com altas taxas de desemprego que são o dobro ou o triplo das dos adultos e devem aceitar postos precários e rendimentos demasiado baixos”.

A Diretora Regional da OIT indicou que neste momento a taxa de desemprego juvenil na América Latina e Caribe é de 14,4 por cento e que seis de cada 10 jovens somente conseguem empregos na economia informal.

“O desemprego e o subemprego juvenil impedem o aproveitamento do potencial da geração melhor formada e educada que já tivemos, o que freia o desenvolvimento. Além disso, existem consequências políticas importantes. Desde a Primavera Árabe, 2011 tem sido um ano de insurgências juvenis que tem percorrido o mundo do Oriente ao Ocidente”, recordou Tinoco.

Comentou a importância das políticas públicas para enfrentar estes desafios e disse que a OIT participará de consulta com os interlocutores políticos da região na preparação de uma plataforma de emprego juvenil que permita sistematizar a promoção destas estratégias.

“Os jovens saíram às ruas e pedem respostas às democracias. Querem oportunidades. Ouçamos com atenção o que nos dizem e atuemos em consequência disso”, concluiu Tinoco.

O Secretário-Geral da OEA, por sua vez, fez uma reflexão sobre a vigência da democracia em uma região onde “é a única forma legítima de governo”, ainda que pesquisas independentes pareçam indicar que os cidadãos não estão necessariamente satisfeitos com o que têm.

Insulza destacou que “sentem que a democracia não cumpriu o que deveria cumprir” e recordou que apesar dos avanços dos últimos anos ainda se enfrentam problemas persistentes como os da pobreza e desigualdade.

Do Foro também participam o economista principal do Fundo Monetário Internacional (FMI), Nicolás Eyzaguirre, o ministro da Economia e Finanças do Peru, Luis Miguel Castilla, o professor da Georgetown University e subsecretário de Estado dos Estados Unidos, Arturo Valenzuela, o ministro do Trabalho e Seguridade Social do Uruguai, Eduardo Brenta, entre outros convidados. No encerramento está prevista a participação do novo ministro do Trabalho e Promoção do Emprego do Peru, José Villena. *(Notícias da OIT)*

Integración es cultura y proyecto

El proceso de integración es más que un discurso, es cultura y proyecto político estratégico

Por Rodolfo Romero Garcete (*)

Rebanadas de Realidad - Asunción, 21/12/11.- En mi libro sobre AMERICA LATINA-CARIBE; LLEGÓ TU HORA, afirmaba que "OTRA AMERICA LATINA SE PUEDE CONSTRUIR", y agregaba: "ACASO NO SON LAS "VENAS ABIERTAS DE AMERICA LATINA", QUE SANGRA SIN CESAR, LA QUE VUELVE A ENCANTAR CON SU ROJA PASION Y SU GALOPE DE SUEÑOS, Y NOS CONVOCA A TRABAJAR PARA CONSTRUIR LA PATRIA GRANDE, SABIENDO QUE "LA INTEGRACION ES UNA TAREA DE AMERIC LATINA: ES LA PARTE AUN INCUMPLIDA DE NUESRA LUCHA POR LA INDEPENDENCIA".

Y en la primera parte del libro desarrollo la necesidad de generar UNA NUEVA CULTURA, afirmando: "Nuestro gran desafío en América Latina - Caribe (ALC) es repensar y rehacer la cultura. Si somos devorados por la cultura que va sembrando el neoliberalismo, que es una cultura individualista y al servicio de los mercaderes, (en especial de las empresas transnacionales), no tendremos nada que hacer en este SIGLO XXI".

"No puede existir cultura profunda sin dialéctica, sin sueños, sin utopías, sin trascendencia, sin esperanza.. La diversidad esta en el corazón de las creaciones culturales. La vida humana se inspira en la variedad que es la riqueza esencial de la fauna y la flora. LA NATURALEZA, Y NO SOLAMENTE LA HISTORIA, ES MADRE Y MAESTRA. El lenguaje plural está en todos los libros y en todos los rincones del planeta. Como dice Octavio Paz: "EL YO ES PLURAL". SOMOS NATURALEZA Y CULTURA AL MISMO TIEMPO."

El proceso de integración es combinar sabiamente LA UNIDAD CON LA PLURAIIDAD. Y lo maravilloso del surgimiento de la COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS-CARIBEÑOS - CELAC -, es que los gobiernos que hasta parecen contradictorios en su inspiración y posición política y económica, y muy variados en su desarrollo socio-económico, como en su tamaño y población, hayan sido capaces de tener una comprensión del momento histórico que vivimos los latinoamericanos-caribeños en un mundo globalizado y donde los MEGABLOQUES y las GRANDES CORPORACIONES TRANSNACIONALES deciden lo que tenemos que pensar, comer, beber, y disfrutar.

La batalla cultural es siempre una tarea decisiva para los pueblos y las clases sociales o grupos humanos. En ella se define la IDENTIDAD Y EL PROYECTO DE VIDA de cada pueblo y de las clases sociales.

Y la cultura es mucho más que un discurso, que muchas veces, detrás de su aparente coherencia, encubre lo que se quiere decir realmente. Conocemos de los discursos que sustentan la integración, pero nunca están de acuerdo con lo que se da en la realidad, que siempre presentará un rostro contradictorio.

No podemos apostar al PROCESO DE INTEGRACION DE AMERICA LATINA-CARIBE y salir en contra de la creación de la COMUNIDAD DE ESTADOS LATINOAMERICANOS-CARIBEÑO- CELAC -, que después de 200 años de tutoría de los centros de poder imperial, se convierte en el umbral del SIGLO XXI, en el atrevimiento más audaz y en el signo de mayor madurez para romper con esas ataduras, y decidir caminar con sentido de AUTONOMIA DE LOS PUEBLOS Y SOBERANIA DE LAS NACIONES. Estamos iniciando de verdad la constitución de "LA NACION DE REPUBLICAS" que predicaba Bolívar.

Es por primera vez que nos atrevemos a configurar la concreción del sueño y proyecto de Simón Bolívar y tantos otros soñadores, al crear la CELAC.

El intrépido Cromwell decía que NUNCA SE VA TAN LEJOS COMO CUANDO SE SABE A DONDE SE VA ". Y agregamos que saber a dónde se va, no significa que las perplejidades y las incertidumbres no estén presentes.. Debe ser por eso que Albert Einstein recomendaba que "LO IMPORTANTE ES NO DEJAR DE HACER PREGUNTAS".

Por eso debemos distinguir y afirmar que el proceso de integración es más que un discurso...ES CULTURA Y PROYECTO POLITICO ESTRATEGICO..

Por eso necesitamos lo que recomendaba Elena de White : "NECESITAMOS HOMBRES CUYAS CONCIENCIAS SEAN TAN LEALES AL DEBER COMO LA BRÚJULA LO ES AL POLO".

O estamos a favor o simulamos estar para que efectivamente se cumpla lo que nuestros pueblos captan al unísono: "AMERICA LATINA-CARIBE : LLEGÓ TU HORA".

(*) Ex Secretario General Adjunto de la CLAT; ex Director General de la Universidad de los Trabajadores de América Latina (URAL); ex Presidente de la Comisión Latinoamericana de Defensa de los Derechos y Libertades de los Trabajadores y Pueblos de América Latina (CLADEHTL). En la actualidad es Asesor de la CNT de Paraguay.

CELAC: ¿El futuro sustituto de la OEA?

Ernesto Carmona

Jefes de Estado y cancilleres de 33 países de América Latina y el Caribe muestran hoy y mañana en Caracas su voluntad política de constituir la Comunidad de Estados Latinoamericanos y Caribeños (Celac), el nuevo foro de integración continental que excluye a EEUU y Canadá. Con el andar del tiempo, la Celac terminará –en los hechos prácticos– por anular a la anacrónica Organización de Estados Americanos (OEA), básicamente concebida en su tiempo como instrumento para el manejo de un “patio trasero” que vivió un siglo 20 azotado por dictaduras impuestas y apoyadas por el socio principal.



La Celac será una representación política más genuina de los pueblos de América Latina y el Caribe que hablan diferentes lenguas, poseen variadas culturas, como países tienen distintos tamaños y con diversos matices socio-económicos y políticos abordan una lucha común permanente por mejorar sus condiciones de vida.

La diversidad tras objetivos políticos comunes le dará un nuevo sentido independiente a la palabra “integración”, diferente a los designios rapaces de naciones grandes que sólo buscan mercados y materias primas baratas a través de sus transnacionales. También quedan fuera de juego las ex metrópolis ibéricas, España y Portugal, sumergidas hoy en sus propias dificultades.

Breve historia

La Celac remontó un largo camino propio, desde que en los '80 se constituyó el Grupo de Contadora (Colombia, México, Panamá y Venezuela) para promover la paz centroamericana ante los conflictos armados internos en El Salvador, Nicaragua y Guatemala. En los '90 devino en el Grupo de Río, que continuó la labor de Contadora con más países involucrados, como Argentina, Brasil, Colombia, México, Panamá, Perú, Uruguay y Venezuela, que incorporaron de a poco a naciones de la Comunidad del Caribe (Caricom), en una trayectoria de 22 cumbres que abordaron situaciones clave de la región.

El paso siguiente fue la Cumbre sobre Integración y Desarrollo de América Latina y el Caribe (CALC), impulsada desde el Grupo de Río por el entonces presidente brasileño Luiz Inacio Lula Da Silva, para articular procesos propios de integración y desarrollo frente a los desafíos de la crisis financiera de los países desarrollados, la crisis económica y la crisis alimentaria. El primer encuentro cumbre de la CALC en Brasil, en 2008, incluyó representaciones del Mercosur, la Unión de Naciones Suramericanas (Unasur) y el Grupo de Río.

La Celac estará formada por Antigua y Barbuda, Argentina, Bahamas, Barbados, Belice, Bolivia, Brasil, Chile, Colombia, Costa Rica, Cuba, Dominica, Ecuador, El Salvador, Guatemala, Granada, Guyana, Haití, Honduras, Jamaica, México, Nicaragua, Paraguay, Perú, Panamá, República Dominicana, San Cristóbal y Nieves, San Vicente y Las Granadinas, Santa Lucía, Surinam, Trinidad y Tobago, Uruguay y Venezuela.

Diversidad ideológica

Lo esencial es que Caracas cobija un encuentro de mandatarios ideológicamente tan disímiles como el chileno Sebastián Piñera, el venezolano Hugo Chávez, el colombiano Manuel Santos, el ecuatoriano Rafael Correa, el mexicano Felipe Calderón, el peruano Ollanta Humala, el nicaragüense Daniel Ortega, la argentina Cristina Fernández y muchos otros surgidos de elecciones impecablemente libres. >>>

CELAC: ¿El futuro sustituto de la OEA? (cont.)

Los coordinadores de los 33 países fundadores prepararon del 28 de noviembre al 1 de noviembre los documentos que serán adoptados en la Cumbre del viernes y sábado: la Declaración de Caracas, que proclama el nacimiento de la organización, el Plan de Caracas, que fija los lineamientos a seguir para que la Comunidad cumpla sus objetivos, el estatuto de funcionamiento y procedimientos y 18 comunicados que incluyen aspectos educativos, ambientales y de desarrollo social. La opinión mayoritaria se inclinó por darle a la Celac el carácter de foro de integración, sin burocracia funcionaria y complementaria de instancia como Unasur y la propia OEA.

El borrador de los Cancilleres establece que los órganos de la Celac serán la Cumbre de Jefes de Estado, la reunión de Cancilleres, la Presidencia pro tempore, la reunión de coordinadores nacionales, las reuniones especializadas y la tríada integrada por el Estado que ostenta la Presidencia, el precedente y el sucesor. La reunión de Jefes de Estado será la instancia suprema de la Comunidad y deben reunirse ordinariamente en el país que ostente la Presidencia y Costa Rica en 2014. Al acordarse en México el embrión de la Celac en 2010, se decidió que la siguiente Cumbre 2012 fuera en Chile. La designación de Cuba para 2013 fue un acto de justicia sin reparos con un país excluido de la OEA entre 1962 y 2009. Entre otros, el peruano Rafael Rocangiolo dijo que "constituye una reivindicación histórica indispensable por lo que ha sido la historia en estas décadas y por lo que Cuba significa como símbolo de la causa de América Latina y el Caribe".

Los cancilleres estuvieron de acuerdo en que la Celac puede fortalecer la región ante la crisis financiera mundial, pero aún ni está definido si las decisiones se alcanzarán por consenso o mayoría calificada. El canciller chileno Alfredo Moreno opinó que América Latina y el Caribe "han mostrado que pueden progresar en un momento en el que otros países más desarrollados han tenido dificultades". Dijo que estos países se han preparado "sumando fuerzas", actuando en mecanismos como Unasur (Unión de Naciones Suramericanas) y ahora lo harán desde la Celac "aprovechando que hay mercados que están creciendo".

El tema subyacente fue la supervivencia de la OEA. El canciller ecuatoriano, Ricardo Patiño, afirmó que la Celac reemplazará a la OEA, idea compartida por el presidente anfitrión, Hugo Chávez. "Ese es el destino de la Celac, llegar a sustituir a la OEA (...), los temas de la región deben tratarse en la región", dijo Chávez. Para Patiño surge una oportunidad de mejorar el diálogo regional y abordar temas como la presencia colonial de Estados Unidos en Guantánamo, tema que no se puede tratar en la OEA.

Según Chávez, "a medida que pasen los años, [la Celac] dejará atrás a la vieja y desgastada OEA", fundada en 1948 por iniciativa de EEUU. La OEA "es un organismo mellado por lo viejo, por el desgaste de los años, muy lejos del espíritu de nuestros pueblos, de la independencia, de la integración de América Latina", apuntó el venezolano.

La canciller mexicana, Patricia Espinosa, cree que la OEA, asentada en Washington, y la Celac "son esfuerzos de cooperación y diálogo complementarios". Para el canciller uruguayo Luis Almagro, la OEA y la Celac "son dos cosas absolutamente diferentes". Indicó que la OEA "incluye a una potencia mundial con una instancia de diálogo diferente", mientras que el nuevo organismo ofrece una visión latinoamericana y caribeña "para lograr mejores oportunidades para la región". (ALAI AMLATINA,02.12.2011)

Ernesto Carmona, periodista y escritor chileno

<http://alainet.org>



O **Multi Noticias** es un boletín electrónico auspiciado por el *FES Sindical Regional* que tiene como objetivo fornecer más elementos de subsidio a las organizaciones sindicales, principalmente para las que están en los países del Cono Sur, sobre las principales actividades y políticas de las empresas multinacionales – las globales y las multilatinas– bien como del movimiento sindical.